

AS PASSAGENS DO FUJÃO: ESTUDO DO VOCÁBULO FUJÃO ATRAVÉS DOS DICIONÁRIOS DO FINAL DO SÉCULO XIX

Ana Josefina Ferrari
IEL/Unicamp

RESUMO: *Este artigo examina as definições de “fujão”, “fugião” e “fugido” nos dicionários do português de Moraes Silva, Eduardo Faria e Caldas Aulete, do século XIX. As análises mostram que, embora nos anúncios de fuga de escravos dos jornais da época, os escravos sejam determinados como “fugidos”, a definição deste vocábulo não faz referência ao escravo, mas sim a usos próprios da literatura oitocentista. A referência ao escravo aparece nos dois outros vocábulos analisados.*

ABSTRACT: *This article examines the definitions of “fujão”, “fugião” e “fugido” (variations of “escaped”) in the Portuguese dictionaries of Moraes Silva, Eduardo Faria and Caldas Aulete, from the Nineteenth Century. The analyses show that, although in the advertisement of slave escape on the papers at that time slaves are determined as “fugidos”, the definition of this word does not refer to the slave, but to uses of the literature of the period. Reference to the slave appears in the two other words analyzed.*

Introdução

O Século XIX no Brasil foi um período marcado por grandes mudanças. Ele foi atravessado pelo problema da escravidão, em torno do qual vão girar fortes discussões jurídicas, econômicas e políticas. Acompanhando tal processo, encontramos que há, na época, uma discussão sobre a língua nacional, uma língua distinta à dos portugueses. Procura-se o “novo” modo de significar a língua, agora já num momento histórico outro, separado de Portugal. Esse “outro” remete à procura de um diferencial, aponta para a existência de uma heterogeneidade deslocando-se do pressuposto de um saber homogêneo sobre a língua portuguesa e brasileira. A partir desse momento, o Brasil diferencia-se de Portugal e um dos modos

de evidenciar a dita distinção é o início de um processo novo de gramatização, *um novo elemento constitutivo deste outro espaço de produção lingüística* (Orlandi, 2001: 24)

Ocorre, no período, uma proliferação de trabalhos intelectuais com ênfase em trabalhos lingüísticos e literários em linhas teóricas opostas às desenvolvidas em Portugal. Dentre os autores de gramáticas, dois se destacam: Julio Ribeiro e João Ribeiro. Um filiado à gramática filosófica pertencente à corrente naturalista e o outro pertencente à linha da gramática histórica. Embora um dos primeiros trabalhos relativos ao léxico do Brasil e de Portugal tenha sido do Visconde de Pedra Branca de 1824-5, que foi desenvolvido anos depois por grande número de lexicógrafos brasileiros, a tarefa de Pacheco e Silva se destaca já que ele observa o léxico do Brasil a partir dele mesmo, ou seja, ele “se dirige a Brasileiros”.(Orlandi, 2001, p.32)

A partir da análise dos autores acima mencionados, o texto de Orlandi e Guimarães (2001) “Formação de um espaço de produção lingüística: a gramática no Brasil” afirma que, na época escolhida, pode ser observada “*a construção de um saber sobre a língua*” (Orlandi e Guimarães, 2001, p.32) e não simplesmente de uma história ou sucessão anedótica de autores de gramáticas e dicionários.

O português é o que, a partir de sua memória, reconhece as coisas, os seres, os acontecimentos, e os nomeia. Encontramo-nos em uma situação enunciativa de “transporte” da situação enunciativa portuguesa (situação I). Mas como estamos no Brasil, este deslocamento força outros contornos para a enunciação.

Nesse português transportado se estabelecerão diferentes relações referenciais e começará a ser construído um novo espaço de interpretação com deslizamentos, efeitos de sentido e metafóricos diferentes dos de Portugal, criando-se a situação enunciativa nova (situação II). “*O português brasileiro é uma historicização singular; efeito da instauração de um espaço-tempo próprio, diferente do de Portugal*” (Orlandi e Guimarães, 2001:34)

Há uma constituição do sujeito brasileiro no período estudado, um sujeito que não só tem uma língua, mas também a conhece; e a prova disso encontra-se nos estudos da língua brasileira.

Considera-se, pois, que há um saber propriamente do Brasil, o que outorga e sustenta os discursos de independência deste país em relação a Portugal. Para entender o dito fenômeno, retomamos Orlandi (1994, p.31) quando propõe o conceito de *heterogeneidade lingüística*:

Consideramos, pois, a heterogeneidade lingüística no sentido de que joga em nossa língua um fundo falso em que o “mesmo” abriga, no entanto, um “outro”, um “diferente” histórico que o constitui embora na aparência da “mesmidade”: o português-

brasileiro e o português-português se recobrem como se fossem a mesma língua mas não são. Produzem discursos distintos. Significam “diferentemente”.

Um dos lugares onde podem ser observados esses discursos distintos em funcionamento é o dicionário. Nele, podemos observar o movimento da produção do saber lingüístico de determinado período – no nosso caso específico, na segunda metade do século XIX. O centro de nossa atenção estará colocado naquelas palavras relacionadas ao que poderíamos denominar “vocabulário da escravidão”. Tal estudo foi sugerido por José Horta Nunes em 2001 a partir de um trabalho inicial efetuado na nossa Dissertação de Mestrado o qual tem, hoje, sua continuação. Observaremos, então, como se dicionariza o mencionado vocabulário produzindo discursos, como ele se manifesta nos textos dos verbetes, e faremos uma análise das relações entre os vocábulos nos discursos ou dicionários.

Especificamente, faremos uma análise dos vocábulos *fujão* e *fugido*, através da história, nos dicionários que circulavam na época do Império até após a abolição da escravidão. Nosso interesse centra-se na observação dos ditos vocábulos, já que nos ajuda na reflexão sobre a constituição do escravo enquanto sujeito social no final do Séc. XIX. Para tal, observaremos os seguintes Dicionários: *Dicionário da Língua Portuguesa* de Antonio de Moraes Silva, Editado pela Typographia Lacérdina em 1813, Portugal, cuja primeira edição data de 1789; *Novo Dicionário da Língua Portuguesa* de Eduardo de Faria, Editado pela Typographia Imperial e Constitucional em 1859 no Rio de Janeiro; e, finalmente, o *Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa* de Caldas Aulete, editado em parceria com Antônio Maria Pereira em 1948, Lisboa, tendo a primeira edição em 1888 e a segunda edição publicada 40 anos depois.

1. Dos Dicionários

Os dicionários são considerados, pela análise do discurso, como objetos vivos, “*partes de um processo em que os sujeitos se constituem em suas relações e tomam parte na constituição histórica das formações sociais com suas instituições, e sua ordem cotidiana*”. (Orlandi, 2001, p.8) Observa-se, na aparição destes vocábulos, a construção/produção do saber metalingüístico através da sua presença nos Dicionários, o que nos leva a pensar na “*construção de objetos históricos, como consequências sobre as políticas de línguas*”. (Orlandi, 2001, p.8).

O olhar sobre o discurso lexicográfico tem como um dos seus objetivos a observação da elaboração de dicionários da língua. Mas o que implica a elaboração do dicionário de uma língua? Na elaboração de um

dicionário, o dicionarista tem a ilusão de poder abarcar todos os vocábulos e palavras utilizadas legitimamente pelos falantes da mesma. Consideraremos, portanto, dois elementos nesse gesto:

a) A questão da legitimidade: quais são as palavras que podem fazer parte de um dicionário e quais são as que não podem pertencer a ele. São todas as palavras que se incluem ou só algumas? Sendo só uma parte: Qual parte? Que significa esse gesto?

b) Por outro lado, observamos que nesse gesto fundador de um dicionário, o dicionarista acredita que o que ele escreve só pode ser dito desse modo e que ele é totalmente objetivo nesse ato. Duas ilusões marcadas por Pêcheux (1975) na teoria dos dois esquecimentos.

Além dessas observações, Horta Nunes (1996) nos alerta para outros dois modos de olhar o discurso lexicográfico:

a) o primeiro modo é aquele que coloca o léxico como o representante de uma língua, portanto nossa primeira pergunta se redimensiona: quais são as palavras que formam parte de uma língua, nesse caso a língua brasileira; e

b) o discurso sobre o léxico, ao se constituir, o faz através de elementos ou seqüências lexicais, que por sua vez tornam-se objeto de outros discursos, e assim sucessivamente. Há uma circularidade que produz variações, contradições e incongruências. Deste modo, estaremos sempre observando, por um lado, os discursos de formação de unidades de língua: língua nacional, língua portuguesa, língua tupi etc.; por outro, as formas de o léxico ser dito (definido, descrito, explicado, traduzido, reformulado) (Horta Nunes, 1996, p.14).

Assim, o estudo de um instrumento lingüístico como é o dicionário, a partir de uma perspectiva discursiva, implica um trabalho no qual a história e a sociedade ocupam um lugar fundamental, não considerando somente o saber de uma palavra em si, senão como esse saber foi re-significado através da história.

De acordo com Oliveira (2004), que retoma Auroux (1992), o dicionário, enquanto descritor das línguas, produz um prolongamento do saber lingüístico do falante que não somente o estende, senão que também o transforma. Tal transformação desse saber, segundo a autora, é política, no sentido em que ela se evidencia como uma produção *de uma normatividade sobre a língua*. Ela afirma que:

O dicionário, como normatividade, divide o real da língua para compor sua unidade que, no caso da língua portuguesa, é a unidade de língua de Estado, de língua nacional. (Oliveira, 2004, p.18)

Portanto, há vários elementos que se conjugam ao tomar o dicionário como objeto de estudo. Juntam-se a eles uma ilusão referencial provocada no ato de definir (ou seja, de transformar vocábulos em lexemas) através da qual se naturaliza a relação entre palavras e coisas colocando como evidente o sentido das mesmas. As definições, por sua vez, são universalizadas, o que produz um efeito de sentido a partir do qual não existe sujeito emissor do enunciado e essa relação “natural” entre sentido e coisa não pertence a ninguém mais do que ao objeto que define, fora de toda determinação sócio-histórica. O dicionário surge, a partir desses elementos, como uma instituição de saber, do saber sobre o significado “certo” das palavras.

A partir do seguimento de uma palavra, podemos observar também as mudanças nos modos de dizer de uma sociedade relacionada com um espaço discursivo específico: o de escravidão. O dicionário configura-se como um espaço de memória de um corpo sócio-histórico de traços discursivos.

Os dicionários estudados nesse artigo correspondem ao que Horta Nunes (2001) denomina terceiro e quarto momentos na história do saber lexicográfico do Brasil. O terceiro momento estaria representado pela aparição do primeiro dicionário monolíngüe de português escrito por Moraes da Silva em 1789. Já o quarto estaria constituído por aquelas obras que vieram após o dicionário de Moraes e que representam a produção de dicionários de um saber sobre a língua portuguesa nitidamente brasileiro.

Nosso interesse no estudo de vocábulos que pertencem a dicionários desse período específico surge pela possibilidade de observar como se constitui a imagem do escravo na sociedade brasileira do Século XIX.

1.1 Moraes Silva

No período estudado, o principal dicionário monolíngüe de português era o dicionário de Moraes Silva. Essa obra foi elaborada pelo brasileiro Antônio Moraes Silva em 1789 e teve várias reedições e acréscimos até 1949, tendo todas as suas edições esgotadas. A edição escolhida foi realizada em vida do autor. Nele, conjugam-se tradição brasileira e portuguesa, tomando como base a obra de Rafael Bluteau de 1712 denominada *Vocabulário Português e Latino*. Encontram-se neste definições e comentários em português que são retomados por Moraes Silva na elabo-

ração do seu Dicionário. Ele reduz as definições e exclui comentários etimológicos, explicações, citações e tradução latina elaborando um volume que contém vocábulos só em português. O dicionário de Silva resumirá os dez volumes de Bluteau a somente dois alegando que o mesmo foi “melhorado”. Moraes afirma a esse respeito:

Acompanhei este estudo com os auxílios de Bluteau, que achei muitas vezes em falta de vocábulos, e frases, e mui frequentemente sobeje em dissertações despropositadas, e estranhas do assunto, que fazem avolumar tanto a sua obra. Este último reparo me animou a escolher para meu uso tudo o que ele traz propriamente português, deixando somente os termos da Mitologia, os da História antiga, e das línguas vivas. E ainda eu quisera omitir muitos vocábulos de cargos, ofícios, navios, e outras cousas da Ásia, e Etiópia, que vem nas Histórias daquelas partes, explicadas aí mesmo pelos autores, e de que ninguém usou depois: mas receei que me acusassem dessa omissão e lá os conservei (Moraes, 1789: Prólogo do Leitor apud Horta Nunes, 1996, p. 191).

Horta Nunes 2001 diz que:

...a passagem de Bluteau a Silva remete ao jogo entre o dicionário de língua e o dicionário enciclopédico. É nesse jogo que se estabelece o enunciado definidor em língua portuguesa” (Horta Nunes, 2001, p.79).

A relevância do Dicionário de Moraes é que a partir dele assenta-se a forma enunciativa do enunciado definidor nos seus verbetes. A sintaxe desse enunciado determina, de certa maneira, a posição do lexicógrafo no discurso. No enunciado definidor, de acordo com Mazière (1989), nos chegamos à evidência as representações e as posições assumidas pelo autor dentro de uma determinada instituição e desse campo epistemológico.

Embora Moraes, em relação a Bluteau, apareça com um enciclopédismo mais atenuado, o dicionário de Moraes reflete uma imagem do mundo do qual o leitor brasileiro se sente formar parte de modo diminuído e no meio de outras alteridades. Horta Nunes afirma que este fato se dá porque “a universalização da definição de Moraes carrega os traços da historicidade da tradição portuguesa. A reação nacionalista não tardaria, com os dicionários de brasileirismos” (Horta Nunes; 1996, p.195)

1.2 Eduardo Faria

O Novo Dicionário da Língua Portuguesa (*o mais completo de todos os dicionários até hoje publicados*) foi publicado em 1859 por Eduardo de Faria, “*moço fidalgo com exercício da casa de sua Magestade Fidelíssima e cavalleiro nas ordens de Christo e de Nossa Senhora da Conceição de Villa-Viçosa*”, e impresso no Rio de Janeiro pela Typographia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve e C.

Desde o começo do prefácio, o autor diz que um dicionário é uma obra indispensável para conhecer o pensamento de uma nação. Levado pelo desejo de **servir à pátria**, Faria escreve o dicionário filiando-se, já nas primeiras palavras, a uma tradição que se pretende em construção que é reforçada nas frases seguintes. O autor nos diz:

Tenho a convicção de que na publicação deste livro faço um grande serviço, porque, sendo os dous principaes Dicionários Portuguezes muito faltos de termos, é em vão que muitas vezes se recorre a elles. O do Padre R. Bluteau, apezar de muito desenvolvido, nem sempre é exacto; o de Moraes é mais rico em termos, porém ambos estão longe de se poderem chamar completos (p. III).

Desse modo, o autor coloca-se como aquele que vem prestar um serviço à nação elaborando um dicionário completo. Mas onde reside a incompletude das duas obras mencionadas? Por qual motivo Faria ousa dizer isso dos dois principais dicionários do período?

O Dicionário elaborado por Faria é considerado pelo seu autor como atual e atualizado, por esse motivo o intitula NOVO Dicionário, ou seja, ele é renovado. Sua renovação consiste no aumento e reforma dos termos que acompanham as mudanças que ocorrem na linguagem das ciências e dos ofícios que crescem naturalmente com a linguagem. O autor decide os vocábulos que devem compor a língua brasileira, descartando todos aqueles elementos que considera desnecessários.

Assim, o autor dedica-se à tarefa de fazer de todos os dicionários um ou UNO que possua todas as palavras que todos os outros dicionários contêm, suprimindo as deficiências entre um e outro, fazendo os recortes precisos em questões consideradas supérfluas e os acréscimos certos quando necessário. Também Moraes afirma ter recorrido a enciclopédias e tratados de ciências além de colocar a cada palavra sua respectiva qualificação, ou seja, antiquado, pouco usado, etc.

O autor colherá as palavras das ruas, das cidades, através do contato com as pessoas, através do contato com os ofícios onde, segundo ele, reside sua riqueza e se afastando da simples colheita em obras literárias e na ciência. Riqueza que é colocada em oposição à erudição que é mostrada como um

empechilho para o progresso no conhecimento da língua. Ele declara a ortografia como incerta e inconstante, escolhendo como guia aquelas características que esteticamente seriam mais simples, regulares e formosas.

Faria afirma que no dicionário *“todas as classes da sociedade deviam estar representadas”* (p. IV), colocando o uso e constituição do dicionário como uma questão social. Diz o autor que *“o Dicionário de uma língua, esse primeiro livro de toda a nação civilisada, é o livro de toda a gente”* (p. IV).

Coloca-se, também, um interessante conceito de língua. *“A língua não é exclusivamente destinada a expressar as operações do espírito e os movimentos do coração: serve também para exprimir a extensão da acção do homem sobre o universo que Deus lhe deu por domínio”* (p. IV).

Há muitos pontos na fala de Faria que podem ser entendidos através da história, especificamente da situação política brasileira do momento. Desse modo, não podemos esquecer que o dicionário em questão é enunciado da posição do Imperador, D. Pedro II, como é mencionado na capa do volume. Ele é enunciado da posição do Imperador e está a serviço da Pátria, a obra é escrita por um fidalgo ao serviço de D. Pedro para servir à Nação. A Nação à qual se refere o autor é o Brasil, embora seja um tanto confusa a nomeação relativa à língua que continua sendo nomeada portuguesa. Não há uma idéia explícita da mesma nem uma separação clara da língua falada em Portugal como ocorre com outros dicionários da época que somente compilarão vocábulos brasileiros distintos dos portugueses.

Faria coloca-se claramente na posição de autor de um livro, especificamente de um dicionário que é, segundo ele, o arcabouço do conhecimento da língua de uma nação. Coloca-se como autor porque não só transcreve como lê, interpreta, opina, acrescenta e corta, ele é quem escreve e não é a língua que existe por si e as mudanças feitas são em nome da Nação e de uma língua atual, nova ou renovada. Claramente Faria desenha um sentido específico para a língua portuguesa escrita no seu dicionário, seu sentido. Mais adiante, na introdução, o autor continua delineando o que ele definirá como língua. Afirma que:

Para formar uma língua é preciso uma convenção mais difícil, que estabelece a forma por que devem ser empregadas as palavras na composição da oração. É pois a syntaxe que essencialmente constitue uma língua, que lhe dá um caracter próprio (p. V).

Mas esse caráter próprio está desenhado pela mão que a corta, que a desenha que decide o supérfluo dela. Faria coloca-se como o autor do dicionário e a marca dessa autoria também aparece em algumas definições como a que colocamos a seguir:

Crioulo, s. m. (de criar) preto escravo nascido em casa do seu senhor; animal, cria que nasce em **nosso** poder. (p.959)

A marca do nosso é indiscutivelmente do autor que escreve a partir de uma determinada posição social, uma posição feudal.

1.3 *Caldas Aulete*

A primeira publicação do *Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa* feito sobre o plano de F. J. Caldas Aulete foi em 1888. A primeira curiosidade deste volume encontra-se na sua autoria, outorgada ao Prof. Caldas Aulete, que faleceu, de acordo com o prefácio da 2ª edição, no início do projeto, nem mesmo tendo conseguido finalizar a letra A. A partir desse momento, a direção da obra passa ao Dr. António Lopes dos Santos Valente, que era “*latinista, helenista, poeta, filólogo, e profundo conhecedor do idioma pátrio – um Humanista, na verdadeira acepção do termo*” (grifo nosso) (p. 3). Ele contou com vários colaboradores para levar adiante sua tarefa, o que evidencia uma forte polifonia nos verbetes desse volume. Em 1935, ano da segunda edição do dicionário, parte dos autores da primeira edição tinha desaparecido e a direção do mesmo passou a José C. da Silva Bastos. Ele fez uma revisão dos termos, adaptou, atualizou e ampliou. O dicionarista contou com a ajuda de “amigos das letras” das Províncias de Portugal, dos Estados de Brasil, que colaboraram com vocábulos ainda não registrados nos dicionários. Evitaram-se vocábulos de emprego raro ou obsoleto assim como vocábulos estranhos. Um exemplo disso observa-se no seguinte trecho:

Um exemplo: suponhamos que um dicionarista, na alheta de Teófilo Braga, introduzia no seu léxico a palavra ledino e cantar de ledino. Felizmente assim não sucedeu, pois teria dado guarida a uma das extravagâncias de que aquele polígrafo era useiro e vezeiro. Um verso do Crisfal reza assim:

Cantar cantou d’elle dino

O que queria significar “digno dele”; mas nalgumas edições lê-se: Cantar cantou ledino;

Vai daí, Teófilo Braga, com a sua característica leviandade literária, alça-se muito ancho, a improvisar, a discípulos e leitores cantos de ledino, como constituindo um novo gênero na nossa literatura. O que levou o sr. Dr. Leite de Vasconcelos, desfazendo com o seu critério e saber aquela sedutora nuvem a observar: “Se ao tempo existisse uma edição boa os crítica daquela écloga, já o finado historiador da nossa Literatura não incorreria no erro em que incorreu.” (Caldas Aulete, 1948, p.6)

De modo que no texto instaura-se uma crítica forte ao trabalho ligeiro de alguns dicionaristas desse período e, a partir desse momento, coloca-se a redução do dicionário em questão como acima deste tipo de suspeitas. Neles não somente estão as palavras que são ditas no português do Brasil, um Português diferente, senão que também estão as palavras que de fato, realmente existem nessa língua que está sendo constituída no dicionário e não uma língua “inanimada” ou “intuída” por um lexicógrafo. Nesse ponto encontramos já uma diferença com os dois dicionários anteriores: ele não cria novos vocábulos nem re-interpreta aquilo que não reconhece como próprio, ele só tem nas suas páginas as palavras claramente brasileiras.

Silva Bastos afirma que um dicionário é sempre incompleto porque ele parte do pressuposto de que *a língua vive e, portanto, muda*. Pode ser observado nessa afirmação um naturalista que considera a língua enquanto organismo vivo.

2. Olhando o Fujão

Observaremos, neste ponto, os deslocamentos que o vocábulo *fujão* sofre através do tempo e sua remissão ao vocábulo *fugião* é apresentado no quadro a seguir:

Moraes Silva 1813	Eduardo de Faria 1859	Caldas Aulete 3ª Ed. 1948
Fugião , adj. Escravo _____; fujão, costumado a fugir ao senhor. Paiva, Serm.I f. 153}	Fugião . V. Fujão	Fugião , adj. Diz-se do escravo vezeiro a fugir ao senhor. F. r. Fugir.
Fujão . V. Fugião. Escravo _____	Fujão , adj. m. (de fugir) costumado, inclinado a fugir (escravo _____)	Fujão , s. m. e adj. Individuo fugidiço: Ah! Lisandro! Ah! Fujão!...escondes-te? Emudeces? Sumiste-te no mato? (Castilho, Noite de S. João, III, 24, p.140. ed.1875) // F. R. Fugir {Fugidiço, adj. Habitado a fugir, fugidio: Foi açoitado como açoitam o moiro fugidiço (R. da Silva)}

Pode-se observar que em Moraes e Faria as definições dos verbetes estão cruzadas. Há uma passagem ao considerar o fujão como particípio ou como adjetivo. Já em Aulete encontramos que se estabiliza em adjetivo o primeiro e adjetivo e substantivo o segundo, deixando de ser determinante para ser determinado. O que resulta interessante é que nos dois primeiros dicionários ambos os vocábulos remetem a um uso relacionado aos escravos, enquanto no terceiro só **fugião** mantém esse uso e sua definição é acrescentada ou explicitada utilizando um adjetivo para tal (*escravo vezeiro*). Nessa separação, observamos que no Caldas Aulete **fugião** é um escravo e o **fujão** é um indivíduo, fazendo uma separação entre os que são indivíduos e os que são escravos e que, pode ser deduzido, não pertencem à classe dos indivíduos. Podemos pensar em uma memória histórica agindo como pré-construído nessas definições já que o Dicionário que está sendo utilizado no presente trabalho data de 1949, ou seja, que sofreu duas revisões feitas por especialistas¹. Tal afirmação pode ser reforçada se observamos o dicionário Aurélio onde se estabiliza o uso para fujão e o mesmo deixa de ser escravo para ser *indivíduo vezeiro*. A relação do termo com o escravo cai cristalizando-se a definição que não os contempla.

2.1 Do fujão ao fugido

Embora nos dicionários o vocábulo *fugido* não esteja relacionado de modo algum ao escravo e seja dado a ele, tanto em Moraes quanto em Faria e Aulete, somente o tratamento literário, de acordo podemos observar no seguinte quadro:

Moraes(1813)	Faria (1858)	Aulete (1949)
Fugido , part. Pass. De Fugir. Fugitivo: de que se foge. <i>eu sou de ti fugida</i> . Passiv. Fert. Egl.8	Fugido , a, p.p. de fugir, e adj. Escapado por fuga ou fugindo; fugitivo; de quem se foge. Ex. “ Eu sou de ti _____”. Ferreira. “ É ant. neste ultimo sentido.	Fugido , adj. Que fugiu: _____ Porque me não olhas? Perguntou ela...curvando-se para lhe buscar o olhar <i>fugido</i> (André Brun, <i>Dez contos</i> . P.84, ed. 1917)

Porém, o uso corriqueiro do vocábulo encontrado é outro. Em quase todos os anúncios de jornal de escravos que fogem são anunciados como Fugidos. É um dado interessante porque o escravo, para o dicionário, somente é fujão e não fugido. Para o dicionário o fugido é aquele sujeito ao que se lhe aplica a frase “eu sou de ti fugido”. Porém, nesse momento

histórico, o quotidianamente fugido é o escravo que aparece no jornal de acordo com os seguintes anúncios:

chapeões modernos de pelô a 10\$000. 3-2

Escravos Fugidos

Do Francisco Antonio de Souza Salles, deste município, fugiram duas escravas sendo uma de nome Virginia, ha um anno, ou pouco mais, com as seguintes signaes: preta, estatura regular, falta de dentes, cabeça mal feita, idade de 40 a 50 annos, mãos de tamanho regular, desembarçada e risonha no fallar, mais corça; a outra de nome Rita, fugida a 23 do corrente, meiz, com as signaes seguintes: a idade 20 annos mais ou menos, alta, gorda, preta, tem uma cicatriz de coque le cavallo no canto da bocca ao lado direito, pescoço grosso, idarras como de cordas nos braços, pés grandes, lipsa esquerda, muito fallante, carrancuda, os fealdos, piuma branca, de se a quantia de 100\$000, quem apprehender a por cada uma, e entregar-as a seu senhor na Vila de Campinas, 24 de Agosto de 1870. 3-2

Publicação de Ascurra

Precisa-se na ESTACÃO. 21 10-6

Signaes do escravo Francisco, fugido de Campinas, hoje 29, de Abril de 1872, pertencente a José Elias d'Oliveira:

Idade 45 a 50 annos, altura regular, urido de face (Cafalpa), tem falta de dentes na frente, pés e mãos mal-feitos, um tornozello inchado, é rendido das verilhas, nariz chato e arcado, o braço direito um tanto inchado perto da munheca, é barbado, tem na cabeça cicatrizes e nesse lugar cabello cortado. Quem o apprehender e entregar a seu senhor será bem gratificado. 5-5

Só por 20 dias. Quem quiser aproveitel. Possuir dentaduras, tão baratas, tão solidas e tão bem

Somente é tomado o verbete *Fugido* como particípio passado e não como adjetivo. O adjetivo proposto pelo dicionário para ser aplicado ao nome escravo é *fugitivo*, com possíveis deslocamentos para *fujão* e o fujão é, via definição, o escravo acostumado a fugir.

Podemos ver, através da análise dos verbetes dos dicionários, que existe funcionando um pressuposto de que o escravo sempre foge, sempre está nas margens e o tratamento dado é depreciativo através do uso do vocábulo *fujão* e que há um uso costumeiro do vocábulo *fugido* que é claramente apagado pelo saber lexicográfico, aquele saber que supostamente colhe seus termos de informantes da vida quotidiana. Resta-nos perguntar qual vida quotidiana

está sendo considerada e quais discursos são os que ressoam no dicionário. Um elemento que reforça nossa inquietude é o uso do vocábulo *fugido* como epíteto do nome *escravo* em textos literários como o conto *Pai contra mãe* de Machado de Assis e *A escrava Isaura* de Bernardo Guimarães, ambos autores do período estudado. Vejamos os seguintes trechos:

Pobre Martinho! Quanto pode em teu espírito a ganância de ouro, que faz-te andar à cata de escravos fugidos em uma sala de baile!
(Guimarães, 1875:78)

O motivo da fuga, Álvaro, a ser, é o mais honroso possível para ela, e torna uma heroína; mas...enfim de contas ela não deixa de ser uma escrava fugida (Guimarães, 1875:91)

Observe-se que nos dois casos o vocábulo *fugido* aparece como epíteto e não como simples adjetivo que determina o nome, ou seja, ele marca uma classe de escravos: os fugidos, que são diferentes dos outros escravos.

Conclusão

Observamos através dessa pequena análise que o Dicionário é um lugar muito interessante para estudar a constituição da língua nacional e observar como estados e mudanças sociais cristalizam-se neles. Tomando como base a perspectiva teórica proposta por Francine Mazière (1989) para fazer uma análise discursiva das definições, podemos perceber que nos diferentes períodos, os Dicionários mostram relações referenciais diferentes que significaram de modo específico de acordo com o contexto social no qual se inscrevem. Desse modo, a remissão ao escravo nos verbetes de dicionários e a especificidade do uso de certos adjetivos será modificada de acordo com os diferentes momentos históricos e políticos que podem ser observados nos verbetes dos dicionários através de uma análise discursiva. Tomando o dicionário como discurso, encontramos nele, como diz Mazière, “o lugar em que se constrói e se pode mostrar o “como se diz” de uma sociedade” (Mazière; 1989, p.48).

Horta Nunes (1996), no seu trabalho sobre Discurso e Instrumentos Lingüísticos no Brasil, dirá que o dicionário é o lugar onde a língua se torna uma instituição ligada ao Estado. Ele será um símbolo lingüístico-nacional (um povo, uma língua) e um instrumento didático que permitirá o acesso à “boa linguagem”. O autor afirma que o dicionário “*interpela o sujeito a uma identidade nacional distribuindo os valores adequados*” (op.cit., p.184).

Visto como discurso, o dicionário estabelece formas do dizer de uma sociedade, as formas do bem dizer da oficialidade.

Nota

1. A observação resulta-nos forte já que o Dicionário de Aulete foi elaborado inicialmente em 1888, revisado e ampliado por uma equipe em 1935 e novamente revisado e adaptado em 1948 e o mencionado significado continuava presente.

Referências bibliográficas

- AUROUX, Sylvain. (1992). *A revolução tecnológica da gramatização*. Campinas: Pontes.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. (1988). *Dicionário Aurélio Básico da Língua Portuguesa*. 3ª Reimpressão. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- CALDAS AULETE, F. J. (1948). *Diccionario Contemporâneo da Língua Portuguesa*. 3ª Ed. Lisboa:Parceria António Maria Pereira.
- OLIVEIRA, Sheila Elias de. (2006). *Cidadania: história e política de uma palavra*. Campinas: Pontes, RG Editores.
- FARIA, Eduardo. (1859). *Novo Diccionario da Língua Portuguesa – O mais exacto e mais completo de todos os dictionarios até hoje publicados*. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve e C..
- HORTA NUNES, José. (1996). *Discurso e Instrumentos Lingüísticos no Brasil: dos relatos de Viajantes aos Primeiros Dicionários*. Tese de Doutorado, Unicamp, Campinas.
- MAZIÈRE, Francine.(1989). “O enunciado Definidor: Discurso e Sintaxe”. In: *História e Sentido na Linguagem*. Campinas: Pontes.
- MORAES SILVA, Antonio de.(1813). *Diccionario da Língua Portuguesa recopilado*. Lisboa: Ed. Typographia Lacérdina.
- ORLANDI, Eni. P. (2001). *História das Idéias Lingüísticas – Construção do Saber Metalingüístico e Constituição da Língua Nacional*. Campinas: Pontes, Cáceres: Unemat.
- _____. “A Língua brasileira”. (1994). In: *Trabalhos de Lingüística Aplicada*, 23: 29-36. Campinas: IEL – DLA.